TL7107-A2

ANÁLISE da Situação Politico-militar e Planeamento de Actividades.

Introdução:

Porque estamos em guerra contra a Indonésia, pela sua ilegal ocupação à nossa pátria, ao analisarmos a situaçao geral da nossa luta necessariamente teremos que estudar as duas partes em confronte, nos mais diversos níveis ou nas diversas frentes de luta a fim de tomarmos medidas com o objectivo de negarmos ao inimigo maiores sucessos sobre nós ou reduzir ao mínimo as suas vitórias e, a partir disso, tomarmos medidas eficazes para fazermos avançar a nossa luta, derrotando o nosso inimigo e libertar a nossa pátria ocupada.

Na verdade, como responsáveis da nossa luta é uma obrigação nossa definirmos, a partir da nossa análise sobre o conjunto da nossa luta, as estratégias gerais e parciais correspondentes às etapas da nossa luta e suas fases, definir conceitos e princípios adequados ao desenvolvimento do nosso processo de libertação nacional porque, de contrario, estaríamos a bater a torto e a direito.

Contudo temos a lamentar imenso as nossas deficiências pessoais de ordem subjectiva, essencialmente teóricas e culturais, para definirmos com precisão o que acabamos de mencionar para além de que definiçoẽs nesta matéria devem constituir a substância da realidade evolutiva e a sua aplicabilidade porque de contrário seria o mesmo que formularmos teorias vãs. Por outro lado, sobretudo pensámos que a teoria que conduz a nossa guerra está já elaborada e contida nos textos elaborados pelo nosso Lider Máximo, o Cmdt-das-FALINTIL, XG, pelo que não nos enveredaremos a definir novas teorias, novos conceitos.

Caberá a nós, fundamentalmente, a tarefa de clarificar e de buscar nela a nessária correspondência à evolução dinámica da nossa luta, aplicando os princípio e os conceitos definidos com dinamismo e criatividade.

E isso pressupoẽ uma constante melhoria das nossas capacidades subjectivas, o determinante do sucesso das nossas actividades, o determinante da nossa vitória sobre o nosso adversário, se bem que não podemos nunca minimizar a importância da intervenção e do concurso de outros factores indispensáveis e condicionantes necessários à materialização de uma dada tarefa importante da nossa luta.

Sim, é imprescindível, é vital a melhoria das nossas capacidades subjectivas porque nas circunstâncias cada vez mais difíceis em que a nossa luta se desenvolve, coloca-se como fundamental o desafio da nossa capacidade subjectiva no aproveitamento e transformação das condiçoẽs reias existentes e das potenciais para fazer avançar a nossa luta, fazendo das dificuldades um ponto de partida para o sucesso das actividades da nossa luta. Desde a tarefa mais simples de ligação à actividade mais difícil de comandar, requere contínuamente a melhoria da actividade mental, a capacidade de pensar bem para agir com correcção. O guerrilheiro que vai a ligação com um outro agrupamento militar ou com a zebra tem que fazer a cabeça trabalhar, pois se não pensa bem não será capaz de escolher correctamente o itinerário a tomar, os cuidados a ter e naturalmente se esbarrará com o inimigo ou ainda terá dificuldades de ultrapassar o repovoamento, a sua segurança e não vai a ligação, etc.

A capacidade subjectiva é na realidade a contradição principal a resolver em toda a guerra, tanto mais que por cada ano que passa novas dificuldades e novas situaçoẽs vão se apresentando e desafiando-nos continuamente. Se o Cmd da Luta definiu que a estratégia geral de solução do conflito é POLITICO-DIPLOMÁTICA, todos devemos concordar que se coloca como fundamental e determinante o factor subjectivo das nossas capacidades na definição correcta das estratégias parciais, das orientações importantes a seguir na materialização das estratágias definidas, na defição correcta de estruturas de luta, no aproveitamento integral das capacidades do potencial humano, etc. etc, pois que no factor diplomático não se premirá o gatilho das nossas armas de fogo mas o gatilho da nossa inteligência, da nossa astúcia face a astúcia do nosso adversário.

Voltando ainda ao assunto abordado inicialmente, pensamos que qualquer iniciativa nossa tem que situar-se dentro do contexto de dependência e subordinação à estrategia geral traçada pelo Cmd Superior da nossa luta para a solução do conflito. Portanto, todos os nossos esforços dispendidos em cada frente da luta ou em cada sector de actividades, devem ser conduzidos no sentido de materializar a estratégia geral traçada para a solução do conflito; a solução político-diplomática que passará pelo referendum cujo método de realização, o Plano de Paz do CNRM oferece todas as garantias credíveis e moderadas de solução, plano esse que nós todos devemos estar empenhados na sua realização. Só assim também estaremos em condiçoẽs de compreender o porque da estratégia de sobrevivência para as FALINTIL e não estaremos actuando com impaciência, sonhando em soluçoẽs fora das nossas reais capacidades.

Só agindo assim também é que poderemos demonstrar assimilação correcta, na prática, da aplicação do princípio de centralização de descentralização do Cmd e actividades, do princípio de pensamento comum e linguagem única, da aplicação, digo, guiados espírito de disciplina e responsabilidade exemplar.

E isso porque devemos ser claros no nosso pensamento para sermos consequentes na nossa acção.

Pensamos que conduzindo assim o nosso pensamento estaremos em condiçoẽs de definir com objectividade a prioridade e importância das nossas actividades, traçatdas para cada frente da luta na qual estamos integrados, conscientes de que toda a nossa actividades planeadas devem subordinar-se as do inimigo pois, que ppr mais que procurássemos fazer o melhor, nunca devemos ignorar a superioridade do inimigo, a sua capacidade de meios e recursos, etc.

Diz-se quem faz análises correctas, faz-se também previsões acertadas! Mas é isso que francamente desejamos reconhecer as nossas deficiências, padecemo-nos disso. E não é vergonha reconhecermos isso aqui porque devemo-nos conhecer a nós mesmos!

E como resultado, a análise que aqui apresentamos será demasiado simplista, superficial e deficiente, cujas conclusoẽs só poderão retratar a confusão gerada por nós mesmos.

Situaremos a análise nas três vertentes importantes da nossa luta, a vertente política clandestina, a vertente armada e a vertente diplomática, a sua interdependência e o seu condicionamento mútuo, a sua ligação e o relacionamento em confronto com as do inimigo.

O QUE FIZEMOS EM '94?

Pensamos que toda e qualquer actividade planeada e executada persegue um dado objectivo definido,[illegible],uma dada estratégia estabelecida. No caso concreto,as actividades tanto políticas como militrres ou diplomáticas planeadas e executadas perseguem a materialização gradual da estratégia geral de solução do conflito:a ESTRATEGIA DE SOLUÇÃO POLITICO-DIPLOMÁTICA.

Pensamos que tudo quanto fizemos e tudo quanto temos ainda por fazer estão ou estarão em função disso em busca do nosso objectivo,do objectivo supremo da luta do nosso povo:a realização dos seus direitos fundamentais,o direito a auto-determinação e independência nacional.

A-A Situação da Frente Clandestina

Quase dois depois dr reorganização,dois anos de observação e estudo,dois anos de adaptação e dois de esforços de mobilização de novas iniciativas,lutando contra tudo e contra todos:contra o inimigo que sempre se esforçou e sempre se esforçará por nos destruir e esmagar;contra os grupos desordeiros e ambicionistas,cegos e esfomeados pelo poder agrupados no AST de Shalar Kosi,satélite de Abilio Araújo,promotor da fantochada "reconciliação" e da OPCR de Aitaham Matak e seus acólitos,todos eles directa[illegible] ou indirectamente influenciados pelo inimigo e também da ambiguidade de alguns membros da Direcção na Frente Armada ou mesmo de nós todos na RA(devemos reconhecer isso com consciência)pela falta de solidariedade activa no combate a essas manobras,a Frente Clandestina da nossa Luta soube provar aos invasores da nossa pátria e seus colaboracionistas a reaquisição da sua capacidade combativa,soube cumprir com abnegação os seus deveres,soube sobretudo,provar a sua capacidade de mobilização tanto no interior da Pátria como nas terras do ocupante. A mobilização da nossa heroica juventude e das massas populares em várias partes do território nacional, na ocasião das comerações do 3º aniversário do massacre de Sta Cruz e outras seguintes ultrapassou todas as espectativas e surpreendeu-nos a todos. A intensidade e a persistência das acçoes de protesto em Dili e a localização de outras noutros pontos do território como em Ermera, Baucau e Maliana e sobretudo,o espectacular assalto à embaixada dos EUA por aquele punhado de jovens audazes no coração do invasor javanês e em plenos preparativos para a realização da reunião da APEC foi,na verdade,a demonstração da capacidade,força,dedicação e entrega à Luta,da[illegible] coragem e bravura da massa juvenil, da prova de firmeza de combate,da demonstração de que a resistência está viva e bem organizada e,em especial,da demonstração inequívoca de que a juventude maubere assumiu com discipina e consciência o seu papel histórico de continuidade.

Depois do massacre de Sta Cruz e da captura dos nossos lideres máximos,mas em especial,do Cmdt-das-FALINTIL,o incontestável líder histórico da nossa resistência tudo nos parecia indicar que já não podíamos fazer mais nada. Quando no segundo massacre, digo,no segundo aniversário do massacre de Sta Cruz se registava "um silêncio sepulcral" tudo parecia confirmar as afirmaçoes do boneco "gubernur" de "TimTim" de que a "juventude aprendeu com o 12 de Novembro'91" e os falcoes assassinos de Jakarta manifestavam a sua arrogância.

Contudo,em Abril de '94,Mahakota e Motael apenas provaram que os indonésio não podem esmagar tudo como vociferavam. A falhada manifestaçap planeada para a vinda dos enviados da ONU foi uma lição aprendida.

Já nos meados do ano,[illegible] assistiamos a uma multiplicação de confrontos religiosos em várias partes do território,resultantes dos insultos de crentes islâmicos a cr crentes católicos,de provocaçoẽs de jovens islâmicos a freiras católicas fazendo-lhes figuras obcenas,da profanação de lugares santos,de sacrilégio da hóstia sagrada em público se bem que se tratassem de assuntos meramente religiosos era,no entanto,uma imagem difícil de ser apagada porque para os timorenses,o teereno religioso é também um meio de luta pela defesa da nossa identidade,portanto,os conflitos religiosos registados têm uma base política que não pode ser ignorada.

Esses tumultos religiosos provocaram um sentimento anti-indonésio generalizado,mesmo ao nível dos beneficiados e integracionistas,suscitando vivas reacçoẽs de protesto e indicavam também que os indonésios não podem arrajar tudo e que novas manifestaçoẽs em massa eram perfeitamente realizáveis.Poderíamos até classificar de acçoẽs preliminares para o sucesso das comemoraçoẽs do 3º aniversário do Massacre de Sta Cruz.E os ânimos estavam atiçados!

Quando em Junho/Julho a RA lançou um apelo para se realizar manifestaçoẽs violentas,actos de sabotagem às estaçoẽs de rádio,os centrais eléctricos,a destruição de armazens de café,de portos e aeroportos e a destruição de viaturas e eliminação física dos traidores,dos oficiais indonésios,se bem que não obedeciam a um planeamento bem definido de acçoẽs com vista a conseguir objectivos estratégicos definidos,não buscavam objectivos concretos,criou uma situação psicológica e moral favorável à violência

A violência que se degenerou em Dili e noutras partes do território em ocasioẽs diferentes mas sucessivas e consequentes demonstrou que todos quantos se encontram no território,vindos da Indonésia são considerados estrangeiros,colonialistas e o repúdio por eles é total.

Conseguimos em tudo isso mas,essencialmente,com o espectacular assalto à embaixada americana em Jakarta os objectivos definidos:fomos capazes de impôr a que os governantes presentes em Bogor para a APEC não ignorassem o drama do povo timorense,a situação de abusiva violação dos direitos humanos no território é incentivel, apesar de que os governantes indonésios se esforçaram a fazer tudo para que a questão dos direitos humanos não fosse abordada,em especial,de TL,tendo conseguido levar o Presidente dos EUA,Bill Clinton a abordar a questão de TL no encontro com o velho ditador Soeharto.Consegimos também a que os meios de informação internacionais,os cerca de dois mil jornalistas de todo o mundo cobrindo os trabalhos da APEC pudessem dar uma cobertura à questão de TL,tornando-a presente nas primeiras páginas dos jornais dos mais influentes do mundo,dos EUA,Europa,do SE/Asiático-ASEAN e na própria Indonésia. Foi por isso mesmo um sucesso propagandístico até aqui nunca conseguido.Por outro lado, devemos salientar também que o assalto à embaixada e a mensagem que os nossos jovens endereçaram ao Presidente da maior potência-a única,do mundo,Sr. Bill Clinton estava em função a uma estratégia bem definida e realça-se,pela primeira vez,a articulação e o relacionamento da luta de libertação do Povo de TL com a democratização da Indonési ou melhor dito,com os movimentos da oposição democratica da Indonésia,assinalando assim uma nova etapa de luta na nossa resistência.

Não queríamos deixar de registar aqui o papel decisivo do nosso Líder Máximo nesse processo todo.Cada vez mais ficámos convencidos de que da libertação do nosso Líder Máximo dependerá a libertação da nossa Pátria.É também nisso é que embora não desejássemos nunca,não consentíssemos em circunstância alguma as humilhaçoẽs dos car rascos javaneses contra o nosso Líder nas celas, valeu a pena estar no covil indonésio para conhecer melhor os pontos fracos do nosso adversário e atacá-lo, valeu a pena estar hoje nas celas indonésias para continuar vivo e dirigir superiormente a nossa luta. Não Lhe desejámos rogar pragas mas seria um risco maior se se mantivesse nas montanhas pois as melhores balas dos assassinos seriam sempre reservados à Sua elimnação física e isso seria um desastre irreparável para a Resistência Maubere. Estamos conscientes disso!

Tudo isso vem mais uma vez confirmar que se tranferiu definitivamente o eixo central da Resistência para as vilas e isso tudo também alerta-nos a concentrarmos correctamente as nossas atençoẽs naquilo que pode provocar, na actual fase da nossa dificílima resistência, mudanças qualitativas para o avanço da nossa luta pela libertação da nossa terra, pela qual devemos criar e consolidar todas as condiçoẽs afim de que sejam realizadas acçoẽs qualitátivas provocadoras de mudanças correspondentes. Devemos por isso mesmo estar preparados para vertermos mais sangue, mais lágrimas mais suor, mais sofrimentos e sacrifícios, mais mortes, adubando e fertilizando a nossa luta com tudo isso!

O que podemos retirar dessa situação de tumultos e confrontaçoẽs dos últimos tempos?

- Provámos a toda a gente que estamos ainda vivos e activos e que saberemos frazer sempre das nossas fraquezas pontos fortes para maiores proezas.
- Provamos estar capazes de desencadear acçoẽs que desestabilizem a estabilidade política, tanto no interior de nossa Pátria como no coração de Jakarta, provocando mudanças evidentes.
- Uma mobilização geral das massas populares em todo o território nacional é possível desde que sejam claros os objectivos a alcançar, realizando acçoẽs simultâneas de protesto.
- As massas juvenis assumem a vanguarda combatente da FC no contexto da luta política do nosso povo.
- Accoẽs com objectivos bem definidos mobilizam as massas populares para as manifestações, mas sectores importantes da nossa sociedade opoẽm firmemente à violência, as manifestaçoẽs de ruas, os protestos políticos e optam pela coexistência pacífica.
- Temos que adoptar sempre novas modalidades de acção não só nos princípios mas também nos métodos de execução, ajustando toda a nossa actividade à actividade do inimigo.
- Uma consolidação das nossas estruturas para mais novas acçoẽs com dimensoẽs ainda maiores em tempos e momentos apropriados e com objectivos bem definidos requere um ajustamento estrutural.
- Enquanto isso, há que continuarmos manter vivas pequenas acçoẽs de desestabilização, criando condiçoẽs políticas, morais e psicológicas favoráveis, naquilo que costuma dizer-se, acçoẽs preliminares para o desencadear de acçoẽs decisivas.
- Uma preparação de condiçoẽs políticas psicológicas e organizacionais requere um envolvimento activo das frentes clandestina e armada, numa palavra, requere uma maior solidariedade entre as duas frentes.

No plano político verificámos hoje em todo o território nacional e entre as populaçoẽs uma consciência cada vez maior da diferença que existe entre o colonizador e o colonizado e todos quantos são estrangeiros, vindos da Indonésia são colonialistas e o desprezo por eles é na mesma proporção ao que se tem às forças de ocupação.

Também no terreno político o regime está perdendo mais uma outra frente de c combate, Isto vem a propósito do facto de a elite timorense constituida por intelectuais, por funcionários da administração colonial, por algumas pessoas de negócio, alguns membros da ex-Apodeti estarem virando-se contra o ocupante e se identificam com a Resistência. Recorda-se que alguns funcionários da administração, alguns DPRs, estiveram na p primeira linha da manifestação de 12/Nov. após o assassinato de Mário por um comerciante indonésio. Têem surgido também vozes críticas ao regime por alguns funcionários.

O regime indonésio já não consegue impôr a sua autoridade em TL se não utilizar a repressão brutal, constantemente criticada e questionada tanto internamente como do exterior, para reprimir toda e qualquer manifestação de nacionalismo, de patriotismo, de defesa dos direitos humanos, de autonomia, de liberdade e democracia.

E todo esse esforço de impôr o seu domínio pela força está reduzindo cada vez mais a base social do apoio popular ao regime. Importa ajustarmos as estruturas da resistência para engajarmos nela todos os patriotas e nacionalistas na luta contra a ocupação, contrariando assim os esforços do invasor de nos dividir e desmembrar.

A situação da frente clandestina da nossa luta é complexa, Isso pode ser testemunhado com a afirmação de que o timorense tem duas caras. As condiçoẽs específicas da nossa dificílima resistência ditam essas atitudes.

Essas mesmas condições difíceis ditam as formas mais adequadas de engajarmos as diversas sensibilidades timorenses, opositores da integração na resistência.

Parece-nos ser ideal que um primeiro passo seria associarmos as estruturas da Igreja Católica com as da Resistência, na Frente Clandestina. O papel histórico assumido pela Igreja Católica de Timor-Leste na defesa dos direitos fundamentais do Povo Maubere colocam-na numa posição de relevo na resistência contra a ocupação.

Contudo, das experiências que temos vivido a partir da formação do REA, foi em vão os esforços do nosso Líder Máximo, o Cmdt-das-FALINTIL, XG, nesse sentido.

Após a captura do nosso Lider Máximo e depois do seu sucessor, MH, também foram envidados esforços da nossa parte e da frente clandestina no sentido de engajar elementos da Igreja nas estruturas da Resistência mas os nossos esforços foram infrutíferos. Não é porque os nossos irmãos não quisessem participar na resistência. É que a política cínica e hipócrita da Sta Sé e as próprias pressoẽs exercidas pelos invasores advertem à hierarquia da Igreja Católica de TL à prudência, a "neutralidade" Apesar disso, temos vindo a esforçar-nos em estabelecer contactos, em ajustar posiçoẽs polítcas, em acertar planos de actuação em busca de paz para a nossa terra. E tem havido e continua a haver relaçoẽs íntimas de cooperação, de solidariedade mas os nossos irmãos não desejam identificar-se declaradamente com a resistência e integrar-se nas suas estruturas.

Pela neutralidade, a Igreja "não" deseja" fazer parte de nenhuma parte. Pelos princípios religiosos, pelos princípios da moral e da ética a Igreja se opoẽm aos métodos violentos de resistência, aos confrontos políticos violentos, às manifestaçoẽs de ruas. E como tal não estará capaz de mobilizar o nosso povo na resistência contra a ocupação ilegal indonésia à nossa pátria. porque opta pela coexistência pacífica, busca mudanças pacíficas lutando pelos "meios legais".

Isso não diminue em nada o papel histórico desempenhado pela Igreja Católica, da ppostura corajosa dos seus membros da abnegada dedicação do Chefe da Igreja e do clero timorense na defesa da vida dos seus irmãos e na defesa também dos seus direitos fundamentais: o direito a auto-determinação e independência nacional mas tão somente queremos ressaltar o respeito pelos princípios que norteiam a Igreja e as dificuldades de essociarmos as estruturas da Igreja às da Resistência

A materialização gradual da estratégia ditam a importância das tarefas a desenvolver em cada fase do desenvolvimento da nossa luta.

O desenvolvimento actual da nossa luta dita a necessidade de consolidarmos as estruturas da Frente Clandestina para fazermos face aos esforços do inimigo de nos desmembrar e respondermos as necessidades da luta sentidas em cada vertente da nossa resistência.

Nós todos estamos conscientes das dificuldades que os nossos quadros da frente clandestina atravessam na implementação das tarefas estabelecidas ou na consolidação das suas estruturas. Sujeitos ao controle administrativo dos ocupantes, os seus movimentos se limitam apenas a determinadas zonas sem que os façam sob o olhar atento e curioso dos assassinos do nosso povo e seus colaboracionistas.

Uma consolidação das estruturas da Frente Clandestina, portanto, da sua organização exige, por isso mesmo, em primeiro lugar uma maior solidariedade endre a Frente Armada e a Frente Clandestina e realça o papel polítiko das FALINTIL de organizar e mobilizar o Povo de Timor-Leste para a luta de libertação nacional. Essa solidariedade não poderá ser apenas palavras mas terá que ser pelos nossos actos e isso pressupoõ;

- Dos quadros da RA, desde os superiores aos inferiores uma clarificação de posturas com relação as estruturas criadas.
- um empenhamento active de todos na busca de formas de implentar as decisoõ
- um combate activo e sem ambiguidades aos acções dos grupos desordeiros e ambicionistas e perturbadores como os da AST ou OPCR de Aitahan Matak, por exemplo, ligados ao A. Araújo.
- Um empenhamento active na busca de medidas para corrigir as falhas, para melhorar as deficiências e para assegurar a segurança da organização.

Isto tudo permitirá a que a Frente Clandestina não seja apenas parceira forte da frente armada mas que assuma verdadeiramente o seu papel na materialização da estratégia geral traçada para a solução do conflito já que é ali, na Frente Clandestina que se assenta toda a actividade de apoio às duas frentes da nossa luta: à Frente Armada pelo recompletamento de pessoal e material (sempre que possível) pelo fornecimento de informaçoẽs às FALINTIL, permitindo-as aniquilar o inimigo e recuperar o seu material, pel abastecimento logístico, medicamentoes, pelo apoio na segurança e refúgio aos guerrilheiros e ainda apoiando as FALINTIL em operaçoẽs militares, sempre que possível.

À frente Diplomática pelo fornecimento de dados, pelo reforço em potencial huno para as actividades diplomáticas e realizando acçoẽs de protestos, manifestaçoẽs, etc e outras formas de acção capazes de provocar mudanças necessárias ao desenvolvimento de da nossa luta de libertação nacional. É ali, na frente clandestina que renovam as seivas da nossa luta, é ali, na frente clandestina que nasce e floresce a juventude, o factor de continuidade e garantia da nossa luta. Isto tudo significa para nós que a frente clandestina é o suporte político da nossa resistência, a base em que assenta a luta do nosso povo. pelo que a sua consolidação e o seu alargamento cria as condições políticas necessárias para respondermos as reccessidades da nossa luta nas suas vertentes importantes.

Nota: Por distracção, fez mal a apresentação segundo a ordem dos assuntos! Aqui deveria estar, o ponto B - situação militar, que passou para o último

C-A Frente Diplomática da nossa luta

Nós todos compreendemos a importância do factor diplomático da nossa luta. A sua importância situa-se hoje na estratégia geral de solução a que buscámos para o conflito armado em TLeste, que já dura 19 anos consecutivos e estamos a caminho de 20.

Ao abordarmos aqui sobre esta frente importatíssima da nossa luta não somos movidos pelo objectivo de traçar estratégias ou definir orientações para conduzir os esforços da Representação externa da nossa resistência porque isso é da competência exclusiva do nosso Líder Máximo mas apenas para compreendermos a relação que existe entre as diferentes frentes da nossa luta, a sua interdependência e o seu condicionamento mútuo a partir da qual deverámos conduzir os nossos esforços para fazermos corresponder aos esforços da nossa nossa frente diplomática, na materialização da estratégia geral de solução do conflito: a Solução político diplomática.

A frente diplomática da nossa luta experimentou ao longo dos anos situações amargas do seu desenvolvimento.

Perante uma conjuntura altamente desfavorável no plano internacional resultante da época da guerra-fria e da divisão do mundo em blocos opostos e das derrotas sofridas no terreno militar da nossa Resistência até '79/80 como ainda de uma política radicalista de esquerda com "slongans" ou palavras de ordem de "Conversar nao e nunca", vínhamos assistindo a sucessivas derrotas e estávamos caminhando em direcção à eliminação da questão da agenda da ONU até que em '82, segundo a resolução 37/30 da Assembleia Geral da ONU, mandatasse ou conferisse ao Secretário-Geral da ONU um mandato especial para envidar esforços no sentido de levar à mesa do diálogo as partes interessadas: Portugal, Indonésia e os Representantes do Povo de Timor-Leste.

A estrategia diplomática de mantinemto da questão de TL na agenda da ONU correspondia a conjuntura internacional da altura.

A mudança de posturas políticas no interior da Pátria pela adopção da política de unidade nacional reflectiu também na estratégia de solução conflito, determinando-a mesmo pela adopção da estratégia geral de solução político-diplomática.

Desde então a Resistência, a Direcção da Luta veio reivindicando a participação dos repsentantes timorenses no diálogo. Foram então apresentados pelo Cmd Superior da Luta sucessivos planos de Paz num esforço incessante de buscar no diálogo uma solução justa e internacionalmente aceitável para TL.

O diálogo sem pré-condições patrocinado pela ONU manifestava a disposição séria da Resistência Maubere de aceitar a discussão de todas as soluções p[illegible] possíveis para o futuro de TL e o referendo era a solução final das diferenças e a validade da solução apresentadas por comprovar ou conferir à si o apoio popular expresso por livre vontade,sem pressoẽs de nenhuma ordem.

O actual Plano de Paz do CNRM constitui a proposta política mais moderada, mais credível,capaz de contornar e desfazer receios e preocupaçoẽs e assegurando-se à si a sua própria implentação gradual.É,por conseguinte,o Plano de Paz que poderá vingar.porque reúne todas as condiçoẽs e garantias seguras da sua implementação,contendo compromissos políticos difíceis de serem rejeitados pela comunidade internacional e, em especial,a Indonésia.

Mas até aqui Jakarta vem manifestando contìnuamente a sua rejeição.Essa inflexibilidade,julgámos,deve-se ainda a factores relacionadas à contradiçoẽs domésticas por um lado e,por outro,da ausência de uma pressão internacional forte sobre o regime de Jakarta a moderar as suas posturas.Essa ausência de pressão intercional forte deve-se essencialmente,a hipocrisia dos países fortes e poderosos na adopção da política de dois pesos e duas medidas quando procuram avaliar a situação de TL.Por um lado,condenam a Indonésia pelas suas abusivas práticas de violação dos direitos humanos e pedem a Indonésia para respeitar o direito do povo de TL a auto-determinação mas na prática nada fazem para levar a Indonésia a assumir uma posição mais moderada com relação ao nosso caso.

Entretanto,existem sinais de certa flexibilidade do lado indonésio que devemos considerar,pois ela não poderá permanecer indiferente às pressoẽs,que embora fracas existem;

Verificamos ao longo dos últimos anos uma mudança sucessiva de posturas,ainda que tímidas,devemos considerar;

- Em primeiro lugar,Jakarta foi forçada a reconhecer a existência daquilo que ela sempre negou depois da destruição das bases de apoio nas montanhas,isto é,a existência ou manutenção do conflito em Timor-Leste.
- E depois,pela contundência dos factos,aceitar o carácter internacional da questão de TL.Uma terceira cedência do lado indonésio poderíamos encontrar evidência na aceitação do diálogo como a via para encontrar uma solução negociada e culminando com a aceitação dos timorenses como uma parte interessada nas negociaçoẽs,como se poderá depreender dos resultados da última ronda negocial.

Contudo,porque os governantes indonésios sempre actuaram de má-fé e porque as cedências conduzem-se à uma solução favorável as suas teses,devemos reconhecer que embora a participação dos timorenses no processo negocial constituisse já em si um facto que não se pode contornar,o que para constitui,para nós,uma vitória importante há muito esperada,Jakarta procura jogar sempre pelo seguro.

O diálogo intra-timorenses é um passo significativo,mas a sua utilidade é reduzida,é minizada com as restriçoẽs impostas pelos invasores pois julgámos que a ONU não foi capaz de se impôr à Indonésia.e aceitou às suas reivindicaçoẽs,as exigências de Ali Alatas.Mas ele não é uma alternativa às negociaçoẽs entre os dois Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia conduzidos pelo Secretário-Geral da ONU.

Jakarta porque sempre joga pelo seguro, podemos prever que, enqantão não se garantir à si resultados positivos no ddiálogo a ser organizado e promovido pela ONU, ou tentará protelar a realização do diálogo até que se criem as condiçoẽs necessárias ou então procurará impôr o adiamento indefinido, tendo o campo aberto para ~~Ex~~igir a impôr condições prévias para o início do diálogo intra-timorense.

No plano externo, o grupo de reconciliação de Abílio Araújo é já um facto, é o meio com que Jakarta tentará assegurar para alcançar os seus objectivos. Mas esse grupo não tem credibilidade no plano interno e externo. Jakarta esforça-se para assegurar a "credibilidade" ddeste grupo fantoche e a sua legitimidade. tanto no interior da Pátria como no plano inttrnacional.

Não podemos antever o que Jakartara encenará no interior da Pátria, mas podemos estar certos é que ela tentará desmembrar a resistência. Disso não restam dúvidas. Talvez poderão formar uma "direcção" fantoche que possa ser a "porta-voz" da opinião dos que estão nas vilas.

Estamos vendo que a fantochada "reconciliação" é uma arma fundamental perigosa ao alcance dos indonésios para nos dividir e desacreditar a nossa frente diplomática e por isso mesmo, não poderá haver, nas nossas fileiras, ambiguidade de posturas. Não podemos iludir-nos com falsas aparências! Nós pensámos que esta fantochada "reconciliação" constitui a contradição principal do actual momento político da nossa luta e devemos saber resolver esta contradição com firmeza. Para isso:

- em primeiro lugar não podemos admitir ambiguidade de posturas nas fileira da RA e FE, abrindo caminho às manobras do invasor. Os indonésios têem como peão avançado a AST de Shalar Kosi e a OPCR de Aitahan Matak.
- Em segundo lugar devemos desencadear uma campanha de denúncia às manobras divisionistas dos nossos adversários atrvés do "processo de reconciliação" fantoche, campanha essa que deve fundamente incidir sobre os intelectuiais e essencialmente, a pequena burguesia muito vacilante.
- Há que consolidarmos as nossas estruturas e consolidar também a unidade das diversas forças políticas eugajadas na resistência, essencialmente a nossa representação externa. O melhor método de ultrapassarmos as diferenças talvez pode ser encontrado na democratização das nossas estruturas para que dodos assumam as suas responsabilidades, pelas capacidades que a resistência lhes concede atrvés do voto de confiança dos membros na eleição do candidato. Será uma de legitimarmos a nossa representação externa através do consenso.

Face a essas dificuldades todas, verificamos que hoje se torna indispensável uma interdependência cada vez maior da nossa luta de libertação nacional com a democratização do regime indonésio. Contudo, devemos também estar claros que não fazemos depender a libertação da nossa pátria da evolução democrática de indonesia mas tão sòmente queremos afirmar que é importatíssimo coordenarmos os nossos esforços com a oposição democrática da Indonésia para criarmos maiores condiçoẽs pelo avanço da nossa luta. Acreditamos que uma maior abertura democrática da Indonésia poderá favorecer imensamente a nossa luta e um avanço maior da nossa luta poderá resultar na vitória da luta do povo indonésio pela democracia e liberdade.

E para terminar, porque não está à vista qualquer solução capaz de pôr fim a guerra, pensamos que a implementação do Plano de Paz do CNRM teria uma prioridade nas nossas acções, em particular da nossa frente diplomática. A implementação da 1ª fase do referido plano que, pelos vistos, existe um consenso de todas as partes ou de todas as sensibilidades timorenses, incluindo os promotores da fantochada "reconciliação" assim como também da ONU e da comunidade internacional, pensámos que terá efeitos positivos para a nossa dificílima luta.

Pensámos que a conseguir-se a implementação da 1ª fase do Plano de Paz do CNRM, teremos conseguido criar as condições mínimas para:

- no plano militar evitar a exterminação fatal das FALINTIL
- no plano político melhorar a situação de direitos humanos e criar as condições políticas para o nosso povo usufruir dos seus direitos democráticos e,
- no plano diplomático alcançarmos os objectivos fixados.

É nesse contexto que devemos desenvolver todos os nossos esforços no sentido de conseguirmos a materialização gradual do Plano, o que implica que isso continuará sendo instrumento de trabalho para a nossa campanha política e diplomática.

B-A situação militar da nossa luta.

Ao longo dos anos de invasão e ocupação militar indonésia à nossa pátria, o objectivo último dos invasores e ocupantes indonésios sempre foi, continua sendo e sempre será, enquanto não conseguir [illegible], a exterminação final da Resistência, para materializar a anexação forçada de Timor-Leste na Indonésia, objectivo a que o povo de Tâmor-Leste vem opondo uma heroica e tenaz resistência nas três vertentes, política, armada e diplomática, fazendo uma guerra totalmente desigual na correlação de forças, em defesa dos seus sagrados direitos: o da auto-determinação e ánda independência naciona

E por esse objectivo que, ao longo dos anos assistímos em cada etapá e fase do desenvolvimento da nossa luta, o in. sempre veio buscando formas de acção correspondentes para a materialização do objectivo último fixado.

Desde a conquista territorial e populacional que caresterizou o início da invasão à destruição das bases de apoio nas montanhas, ao qual vínhamos opondo erradamente uma guerra de posição em defesa do território e população, tendo como resultado desastroso a perda total das bases, a eliminação total da Direcção, o controle total da população pelo in. e redução drástica das FALINTIL; desde a estratégia de alargamento do controle territorial e político-administrativo à consolidação do controle populacional ao que vínhamos opondo, a partir da reorganização nacional de Março '81, a recuperação do apoio popular na Resistência, cuja participação se traduzia na realização das três tarefas importantes definidas: a de organização e mobilização das massas populares na luta, a da disseminação das forças vivas do in. e a da ampliação da frente e, na frente armada, a passagem para a fase de guerrilha, o objectivo central dos invasores sempre se manteve: a exterminação da Resistência no interior da pátria para conseguir a anexação forçada de Timor-Leste na grande república unitária da Indonésia, legitimando-a!

As sucessivas vitórias alcançadas no terreno militar pelo inimigo, tendo conseguido a materialização de grande parte dos objectivos fixados: a redução ainda mais drástica das FALINTIL tanto em pessoal como em material e o repovoamento territorial contínuo, reduzindo também drasticamente o terreno de manobras militares das FALINTIL e as zonas de recursos naturais de sobrevivência colocam as FALINTIL hoje no actual estado em que se encontram: companhias inteiras reduzidas hoje à secções e grupos e fraccionadas no terreno pelos cordões e repovoamentos, com capacidades muito limitadas de manobras diurnas (já que a noite é a fiel amiga do guerrilheiro) e recorrendo essencialmente o apoio popular para o reabastecimento logístico, segurança e refúgio ou com tendência à isso.

O exército ocupante persiste nas operaçoẽs "kikis habis sisa sisa GPK" e está apostado a consegui-lo realizando para o efeito sucessivas operaçoẽs militares tanto de envegadura como as de contra-guerrilha ou combinando-as e prosseguindo ainda com os repovoamentos.

Nessas circnustâncias, a estratégia de sobrevivência definida pelo CMD Superior da luta é o resultado do estudo da situação militar do país, digo, da situação militar do conjunto e a tendência inevitável a que as FALINTIL vão chegar: a EXTERMINAÇÃO!!

É doloroso e angustiante e sobretudo é uma questão de responsabilidades face os destinos da pátria quando constatamos que não podemos fazer nada para frear os es forços contínuos dos invasores de exterminar as FALINTIL, mas é a realidade que não podemos fugir, que não podemos olvidar, uma realidade para a qual o CMD Superior de vinha preparando-nos moral e psicologicamente para a aceitar.

Quanto a nós, a exterminação das FALINTIL se situa mais no plano material de guerra pois homens temos um potencial humano muitíssimo forte. Importa criarmos as condiçoẽs políticas para nos garantirmos o recompletamento em pessoal. A experiência de ex-Fro/Norte confirma mais uma vez que apesas das enormes dificuldades, é possivel o recompletamento em pessoal mas é condição primordial indispensável a criação de condiçoẽs políticas e, as FALINTIL no cumprimento da sua dupla missão devem criar essas condiçoẽs políticas para garantir o seu recompletamento, não um levantamento armado como o foi no passado mas com a saída/evasão de muitos jovens desejosos a passar para as fileiras da RA.

E nisso tudo, o problema de conservação das nossas forças, o problema de poupar homens e material constitui uma preocupação central para todos nós. Este factor alerta-nos também para não sonharmos em coisas que estão fora do alcance das nossas capacidades reais realizar, como por exemplo, a intervenção de um apoio militar do exterior, muito embora o desejássemos imenso. Só assim, não agiremos com inpaciência e nos lançaremos no estudo do que as nossas possibilidades atingirem, aproveitando-as em benefício da nossa luta.

O que podem então as FALINTIL realizar nesse estado em que se encontram?

Afirmava o nosso Líder Máximo nos seus textos que a guerra não deve ser vista como a fizemos ou que estamos fazendo mas como devemos fazer. Cremos que o Cmdt-das FALINTIL ao afirmar isso, tinha em conta todos os condicionalismos envolventes à nossa dificílima resistência e sobretudo queria com isso alertar-nos a sermos mais realista e conduzirmos os nossos esforços em conformidade com as nossas realidades e transformá-las em benefício da nossa luta, combatendo portanto a rigidez de pensamento.

A estratégia de solução do couflito dita o traçado de estratégias parciais para cada frente de luta, para cada fase e etapas do seu desenvolvimento, definindo as tarefas para cada momento actual do seu desenvolvimento.

Queríamos dizer com isso que tudo quanto planeamos fazer, deve perseguir a materialização gradual e por fases de estratégia geral traçada, buscando sempre novas formas de acção, corrigindo as erradas, melhorando as deficiências para materializarmos a passos lentos mas seguros os objectivos definidos.

Queríamos dizer também com isso que pelo desenvolvimento da nossa luta e nas actuais condiçoẽs específicas em que as FALINTIL atravessam, incapacitadas de fazer face as ofensivas do invasores e a sua contra-guerrilha que nos está exterminando e pela criação de condiçoẽs políticas nas retaguardas do invasor e para as quais as F FALINTIL sempre estiveram directamente empenhadas, [illegible] que inverteu os papeis nas forças da resistência contra o invasor, deslocando o eixo central da nossa resistência das montanhas para zonas de retaguarda dos ocupantes. Esta situação não minimiza, de forma alguma, o papel das FALINTIL mas tão sòmente confirma o estado actual em que nos encontramos e a necessidade de materializarmos a estratégia geral traçada, actuando com maior intensidade nas vilas para a qual devemos concentrar as nossas atençoẽs.

Se para as FALINTIL foram definidas duas tarefas igualmente importantes,pe garantir a sua sobrevivência mútua-das duas tarefasdefinidas:a de resistir de armas, matando os intrusos ocupantes javaneses e a de libertar,digo,a de organizar e mobiliezar o nosso povo para a luta,procurando fazer manter acesas as chamas da Resistência, cremos que saberemos nós,como guerrilheiros,cumprir a nossa difícil mas nobre missão sagrada;para que as FALINTIL permaneçam sendo o símbolo da uindade do nosso povo,a semente da luta, e a reserva morald da Resistência ainda que elas-FALINTIL,fossem reduzidas à uma única pessoa no cimo das nossas montanhas.

No plano estritamente militar,devemos ser capazes de assegurar a nossa própria sobrevivência,materializando com inteligência a orientação geral definida pelo Cmd da Luta:poupar homens e material e destruir o inimigo em cada combate e capturar seu material para a nossa prpopria sobrevivência.

No terreno da confrontação militar,temos a considerar:

-que o exército ocupante contiaua muito numeroso e muito forte.

-que esta superioridade militar é reforçado ainda meis pela extensão do cotrole territorial atrvés do repovoamento populacional contínuo e,

-com isso,no terreno das suas operaçoes militares podem fàcilmente cobrir todo o terreno em muito pouco tempo,atacando-nos em várias frentes próximas uma da outra,ultilizando alternadamente operaçoẽs de envergadura e contra-guerrilha ou combinando-as, o que diminui enormemente as chances de as FALINTIL atacar,na hora em que menos espera,os seus pontos fracos,aniquilálos e recuperar o seu material.

-No campo das FALINTIL nós verificámos uma redução maior dos seus efectivos,tanto em pessoal como em material com tendência de uma redução ainda maior.

-Que as tácticas utilizadas pelo in.reduzem enormemente as suas capacidade de aniquilamento e recuperação do material do in. e que as dificuldades de remuniceamento se abravam ao que diminui as nossas capacidades de realizar várias acçoẽs.

-Isso tudo adverte-nos a ser mais prudentes na nossa acção,sabermos escolher alvos,estudá-los bem e atacá-los quando estamos seguros de êxito e desprezar acçoẽs que não nos garantam sucesso ou em que apenas gastamos muniçoẽs sem recuperar nada.

Isso tudo obedece a táctica fundamental da guerrilha de atacarmos o inimigo no momento em que menos espera,agindo com espírito de resolução e rapidez onde quer que os alvos se encontram,nas zonas do inimigo,nas linhas periféricas e nas nossas zonas.

Criar instabilidade nas zonas do in. deve ganhar hoje uma aplicação mais dinâmica e uma prioridade nas nossas acçoẽs dada as próprias condiçoẽs específicas em que nos encontramos.Mas os objectivos devem ser bem definidos para que os resultados recompensem a repressão inevitável do ocupante sobre as massas populares e garantam a realização de mais outras noutros pontos.

Pensámos que um engajamento mais activo das massas na luta armada não terá assim o significado que desejamos alcançar ou sonhamos alcançar se os objectivos da nossa acção não forem corredtamente definidos.

Os objectivos fixados ditarão as formas de acção mais apropriadas.

No plano político, ou no plano da sua tarefa política; a da organização e mobilização das massas populares para a luta, as FALINTIL conferem à si um papel histórico ao qual sempre esteve ligado, a sua propria razão de ser.

Caberá as FALINTIL, os guerrilheiros delibertação nacional o papel de continuar a unir o povo de Timor- Leste na luta pela libertação da pátria comum-Timor-Leste.

A deslocação do eixo central da Resistência das montanhas para as vilas, noutras palavras, a inversão de papéis nas forças de resistência ditam uma nova forma de condução dos esforços das FALINTIL, sem contudo negar o seu importantíssimo papel de combatente armado, de exército de guerrilha e isso confirma também por outro lado, que a presença da guerrilha não faz sentir somente na expressão do confronto armado.

Porque toda a nossa actividade é conduzida pela estratégia geral de solução do conflito, o papel de organização e mobilização das massas populares para a luta devem cumprir os seguintes objectivos;

- garantir a realização de acçoẽs qualitativas, por uma mobilização generalizada das massas populares em todo o território; a fim de que elas possam conseguir para a luta mudanças qualitativas necessárias ao desenvolvimento do processo de libertação nacional;
- possibilitar o recompletamento das FALINTIL, pelo menos no plano de pessoal já que um levantamento armado se tornou hoje numa possibilidade muito remota mas nunca negligenciada; garantir no mínimo o remuniceamento pelas formas mais compatíveis e apoiar os guerrilheiros nalgumas acçoẽs armadas sempre que possível e, finalmente,
- assegurar aos guerrilheiros abastecimento logístico, informação e refúgio, além de outros apoios mais.

Estes são quanto a nós, os objectivos a alcançar na tarefa política que as FALINTIL devem desempenhar pois desejarmos para além do que podemos é fugirmos da realidade da nossa guerra, é definirmos erradamente o que devemos fazer para responder as da nossa luta.

PLANEAMENTO DE ACTIVIDADES PARA 95/96

Qualquer esforço nosso planeado está em função à materialização da estratégia geral traçada para a solução do conflito em TL;a ESTRATÉGIA DE SOLUÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA,estratégia essa que se materializará por etapas e fases nessárias do seu desenvolvimento.

Cremos que a contradição principal do actual momento político diplomático da nossa luta é o fantoche"processo de reconciliação" para o qual Jakarta e seus apoiantes timorenses se esforçarão para conseguir a sua credibilidade e,sobretudo,legitimidade no plano interno e internacional,ao nível da ONU.

Será um processo ainda longo,aliás,no actual estádio de desenvolvimento das negociações sobre o futuro de TL entre Portugau,Indonésia e auspiciadas pelo Sec-Geral da ONU,na qual a participação dos timorenses se torna hoje um dado incontornável,Jakarta sente a necessidade de utilizar timorenses favoráveis às suas teses para serem os interlocutores credíveis no campo timorense ou da participação timorense e isso,pensámos,constitui a prioridade nº1 da actual estratégia javanesa ao que devemos saber combater.

Assim,teremos como objectivos a alcançar no nosso planeamento para 95/96:

I-Para o todo da Luta:

1-A Consolidação da Unidade Nacional,de todas as componentes da Resistência,pela unificação das suas estruturas de combate com vista a responder e combater o fantoche "processo de reconciliação.

2-A materialização da 1ª fase do Plano de Paz do CNRM de acordo com o curso do actual processo negocial e do "diálogo intra-timorense"

II-Para cada frente de Luta:

A-Para a FClandestina:

1-Consolidação das estruturas e condições políticas existentes e seu alargamento para:

a -conseguir uma mobilização política à escala nacional, provocando uma instabilidade política insustentável para a Indonésia com vista a apoiar os esfoeços diplomáticos na alteração da situação para:

a.1-desfazer os argumentos políticos que assentam a "reconciliação;

a.2-levar a comunidade internacional e a ONU a a aceitar a implementação da 1ª fase do Plano de Paz do CNRM

b-Garantir um apoio mais forte e regular às FALINTIL:

-no apoio logístico

-no plano de informação militar

-no recompletamento do pessoal e no fornecimento de munições

-no apoio a segurança e refúgio aos guerrilheiros.

c-na divulgação do Plano de PAZ do CNRM aos elementos integracionistas que se levantam hoje contra a brutalidade do ocupante, desfazendo os receios de uma "guerra civil" e denunciando a fantochada "reconciliação"

B-Para a Frente Armada:

1-Acções Armadas de desestabilização e recuperação de material de guerra do In. para garantir a sua sobrevivência.

2-Apoiar activamente na consolidação das estruturas da FC, seu alargamento com vista a conseguir-se os objectivos políticos definidos para a frente clandestina.

3-Estudo permanente sobre o in, suas tácticas, seus movimentos e objectivos para desencadear acções militares tanto nas zona do in, e suas periferias como nas nossas zonas.

B.1-A definição de Direcções Operacionais Nacionais obececem as já definidas pelo EMF segundo a sua importância e objectivos a alcançar.

2-Entretanto, para cada Diop Geral, pensamos que a sua divisão interna o seu escalonamento segundo a importância e prioridade, deveria pertencer aos Cmds Regionais; Isto evita a definirmos ~~dir~~ a importância das direcções que não correspondem a realidade local. Temos por ex. no caso do oeste na qual o EMF definiu prioridades que não podem ser compridas por serem impraticáveis pela guerrilha local.

Irmão, estas, são quanto a mim as tarefas que devemos executar este ano. Não defino actividades na área diplomática porque isso é da competência exclusiva do Irmão Entretanto, julgo as tarefas definidas para o conjunto da luta podem ou são abrangentes à ela-frente diplomática.

Orientações mais específicas para as duas frentes serão definidas no encontro das duas chefias: RA e FC.

Aguardo Sua correcção pois podemos ou melhor dito, posso ter fugido de Sua orientação: Não será desobediência; simplesmente porque dada as dificuldades de comunicação não temos em mãos as Suas directivas.

Sugestoẽs:

1-Sobre questoẽs estruturais.

Pensamos que quaisquer modificações estruturais devem obedecer as necessidades da nossa dificílima luta com objectivo de impulsionar o seu desenvolvimento, pela correcção, modificação ou alteração do anterior.

Não vou repetir, digo, definir conceitos ou teorias para repetir o que o irmão sempre nos ensinou na matéria de estrutura, para além de que mesmo que o quisesse fazer, não serei capaz de apresentar de forma esquematizada.

Por isso penso ser melhor, para mim, ir directamente ao assunto, focando o que é preciso opinar ou fazer.

a-O CNRM continua sendo, na prática, a "Grande Avenida" para a unidade do timorenses, a estrutura capaz de reunir todos os timorenses, de fazer da sua luta uma resistência nacional e sobretudo, nacionalista.

b-No plano interno se firma e se consolida? Está já consolidado e qualquer tentativa de passar por cima das suas estruturas por parte de quem quer seja se estrambóticamente no descredito de quem o pretender. Mesmo o ambicioso Shalar Kosi/Avelino", presidente da AST de ambição e a OPCR de Aitahan Matak, todos satélites de Abílio Araújo, reconhecem-no. Aliás, nunca terão autoridade política se não se "encostarem" ao CNRM. Eles buscam no CNRM a sua "autoridade" e "confiança" políticas para realizarem os seus fins pessoais.

Todos reconhecem no Irmão o papel de liderança, o símbolo vivo da Luta. pelo que passar por cima de Si seria eles próprios aceitarem o seu descrédito.

c-Mas lá fora, problemas de varia ordem continuam dificultando a formação de uma única estrutura representativa da Resistência.

Tenho insistido sempre na formação de uma estrutura única e representativa da nossa resistência no exterior para uma convergência maior dos nossos esforços através de uma planificação única do conjunto das nossas actividades. Mas reconheço que o estrambolismo das minhas declaraçoẽs criou mal-estar lá fora.

Apesar disso, insisto na formação de uma estrutura única guiada pelo pensamento político do CNRM.

Verifico uma falta de humildade da parte dos partidos políticos para se integrarem no CNRM mas por outro lado o irmão RH também não pode fugir dos erros quando diz que o CNRM é a "terceira força política". da resistência.

Penso que no interesse da luta deveríamos ter a coragem de aceitar cedências para consolidar a nossa unidade, tanto mais que o inimigo utiliza hoje como arma fundamental a "reconciliação" para nos dividir e desmembrar.

A Comissão Coordenadora da Frente Diplomática é já uma condição importantíssima. Mas há que institucionalizá-la.

Quanto a mim, penso que no interesse da luta deveríamos aceitar a democratização das nossas estruturas lá fora. Já não me recordo bem se foi no relatório, o primeiro dirigido ao Irmão ou se numa carta dirigida ao Ruak e Alex, eu até propusera o sistema de rotatividade na direcção do CEL/FA. Disse que isso até era melhor para dar lugar aos mais capacitados darem o seu melhor contributo e luta. Voltando ainda ao assunto da representação externa, queria com isso dizer que deveríamos submeter-nos à eleições que julgo ser o melhor método de conseguirmos consensos e uma medida táctica diplomática para engajarmos todos numa única estrutura. Reflectiria, por outro lado, na arena internacional, um reforço da unidade dos timorenses.

Ao propor este método, necessàriamente teremos que aceitar tudo! Poderá dar a hipótese de o irmão RH não ser votado. Por mim, se isso acontecer e ainda n interesse da luta, seria melhor o Sr. João Carrascalão, uma escolha que seria útil para a luta do ponto de vista de desarmar a oposição interna e arrastar a UDT p para o CNRM, que para a DEF, a CDF é já parte activa do CNRM

A dar a hipótese de JC ser eleito qual serão papel de irmão RH como Representante Especial do CNMR e Representante pessoal do Cmdt-das-FALINTIL? Será mantido? Penso que sim! Para continuar a consolidar a coesão da unidade dos timorense. Talvez a médio prazo fosse desnecessário, mas contiuna a sustentar a manutenção das funções (do irmão RH) como taie.

Eu sustento este método como a saída mais airosa para as presentes dificuldades da nossa frente externa.

Recebí uma carta e um documento dos Pes Jacob e Domingos Soares (Mau bere Dan e AMD) de que já falei atráz propondo a extinção do CNRM e a formação do CNRT. Seguem os documentos para a sua apreciação. Rejeitei a proposta. Segue também uma cópia da minha carta para eles. Acredito que já mandaram para o exterior.

São, no entanto ideáas que eu Lhe apresento. O Irmão decidirá a melhor forma. As capacidades de decisão estão entregues ao Irmão.

2-Penso propor também a formação de uma estrutura única da juventude Mauberes tanto em TL como na Indonésia. Portanto, penso que deveríamos proceder a fusão da RENETIL e da OJETIL.

O irmão Sabalae colocou-me a questão e segundo ele, o Loro Api é que lhe transmitiu as Suas directivas. Segundo Loro Api, que o Irmão não interveria na elaboração das estrutura da juventude, na fusão das duas organizaçoẽs para evitar atritos, melhor dito, para evitar efeitos psicológicos ao La Sama e JFC.

E foi isso é que me chamou a atenção porque o La Sama é um companheiro muito disciplinado tal como o JFC e eles sempre Lhe obedeceram as Suas directivas. Por outro lado, sempre esperei que alguma orientação Sua nos chegasse.

Continua em estudo a fusão da estrutura. Penso que uma estrutura do tipo da LEP seria ideal. Ou então vamos organizar apenas a juventude em TL.

Ainda não decidimos nada mas vamos reunir eu e Sabalae. Vamos criar as condiçoẽs para que isso aconteça.

Entretanto, aguardamos as Suas directivas! A capacidade de decisão está nas Suas mãos.

3-No plano interno, da RA e FC o Ruak apresenta na sua análise algumas ideas que julgo serem inconsistentes. e impraticáveis. Ele, fala da definição das etapas

e

da guerra, as dificuldades de cada etapa e suas fases, em particular, "da etapa seguinte" apresenta duas alternativas para evitar a exterminação fatal das FALINTIL:

-A primeira é a separação da estrutura militar das FALINTIL às estruturas políticas da RA. É impraticável porque:

-em primeiro lugar, as FALINTIL somos todos nós que integramos a guerrilha e nenhum de nós será forçado a passar para o campo do adversário.

-em segundo lugar porque para para se separar as estruturas das FALINTIL era preciso melhorar a capacidade militar das FALINTIL tanto em qualidade como em quantidade e isso implica a intervenção do apoio militar do exterior, coisa impossível de se realizar

-A segunda alternativa é a fusão, a diluição das duas estruturas existentes nas duas frentes internas da nossa luta, a RA e a FC, coisa que julgo ser também impraticável:

-primeiro, porque mesmo que as FALINTIL fossem reduzidas a uma só pessoa nas montanhas, esta continuará a representar as FALINTIL.

-segundo, porque uma acção armada nas condições "guerrilha urbana" (é o que posso deduzir do pensamento do Ruak) terá sempre uma resposta implacável dos assassinos do nosso povo em operações de represálias. O recurso às montanhas pela guerrilha será inevitável. Além disso, assiste-se hoje uma tendência notável, dos que fogem da perseguição do in. nas vilas, para o recurso a RA.

Na verdade, o repovoamento reduz cada vez mais as zonas de manobras das FALINTIL. Mas a própria orografia de TL reserva zonas de apoio à guerrilha. Contudo, existe também uma tendência notória dos guerrilheiros para o recurso ao refúgio oferecido pela população e também do abastecimento logístico. Aliás na Fro/Norte a guerrilha vive basicamente do apoio logístico da população. Não há recursos naturais, pelo menos em Hatolia, Atsabe, Kailaku, Atabai, Maubara e Liquiçá. O resto não conhecemos porque ainda não frequentamos ou quase impossível chegarmos lá. Mas a presença da guerrilha nas matas é sempre possível. A Fro/Norte confirma isso mesmo. O importante é estudarmos e aproveitarmos bem as condições para garantir a nossa sobrevivência.

Ps:

A acrescentar ainda, nos pontos da sua conclusão final, Ruak apresenta:

1- Uma participação directa das massas populares na luta armada, o que julgo irrealizável. As razões situam-se na experiência adquirida da nossa própria guerra! A realidade dita a forma participação das massas e o seu apoio à guerrilha.

2- Um condicionamento do apoio militar do exterior, impossível de se conseguir, para conseguir um reforço da capacidade militar da FALINTIL. É visão pessimista e reflecte toda a sua impaciência!

Seremos exterminados mas não haverá rendição política! O nosso Povo nunca se renderá, a não ser AA. Talvez é aqui é que se situa o fundo da contradição que existe entre ele e o irmão e explica a sua ambiguidade face à postura de AA, marcadamente traidora!